

# Aprendendo com a forma urbana de Maputo (in)formal

**David L. Viana**

Centro de Investigação - Escola Superior Gallaecia, Largo das Oliveiras,  
4920-275 Vila Nova de Cerveira, Portugal.  
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto,  
Via Panorâmica, 4150-564 Porto, Portugal. Email: david.leite.viana@esg.pt

**Juan R. L. Sanz**

Instituto Universitario de Urbanística - Universidad de Valladolid,  
Avenida de Salamanca, 47014 Valladolid, Espanha. Email: insur@uva.es

**Ana Natálio**

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto,  
Via Panorâmica, 4150-564 Porto, Portugal. Email: anatalio@gmail.com

*Artigo revisto recebido a 25 de Setembro de 2013*

---

**Resumo.** *A problemática do artigo prende-se com a forma urbana de Maputo ao nível da sua estruturação e transformação. A partir da descrição deste processo, e como resultado, a ideia-chave é a de que a dicotomia 'cidade de cimento' / 'cidade de caniço' tem-se consubstanciado em complexas relações de forma urbana que importa entender. A metodologia desenvolvida, fortemente apoiada num estudo de caso, envolveu trabalho de campo a partir de registos gráficos, levantamento fotográfico, entrevistas exploratórias e recolha de informação de diferentes tipos e fontes, como cartografia e mapeamentos diversos. Procedeu-se ao tratamento de dados, redesenho e análise comparativa de múltiplos elementos da forma urbana de Maputo, conformando-os espacialmente e cronologicamente. Aplicaram-se métodos da morfologia urbana, descrevendo e explicando características e aspetos relativos à transformação da capital moçambicana. O principal resultado do artigo é a rejeição de perspetivas duais sobre a realidade urbana de Maputo, propondo, em alternativa, a inclusão e 'interatuação' de processos informais em princípios de intervenção inclusiva. Não se trata apenas de extrair sínteses da análise morfológica, na qual a dialética cidade de cimento / cidade de caniço traduz (de modo simplificado) contrastes intrincados da forma urbana de Maputo, mas antes de reconhecer a necessidade da articulação de conexões morfológicas mais conjuntas.*

*Palavras-chave: Maputo, morfologia urbana, auto-organização, cidade (in)formal, 'aculturação urbana'*

---

A problemática desenvolvida ao longo do artigo parte de uma abordagem à condição urbana na África subsariana, na qual se enquadram referências que exploram contextos urbanos contrastantes entre formalidade e informalidade, estabelecendo chaves-de-leitura mais abrangentes para a compreensão de estruturas urbanas resultantes de processos auto-organizados de

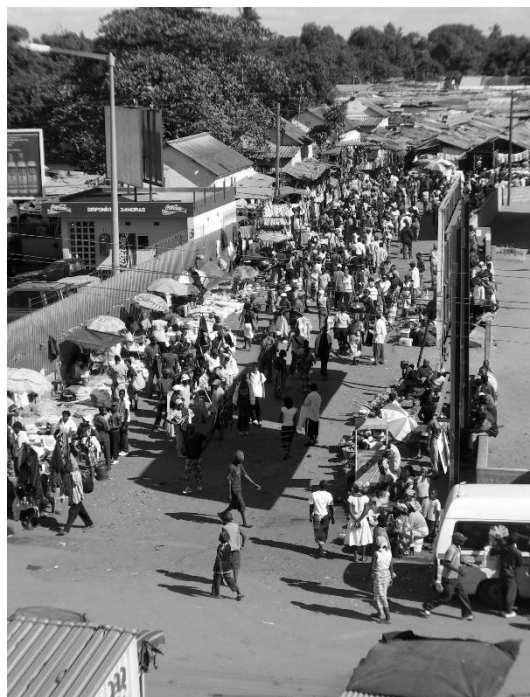
construção da cidade. Refere-se o modo como se conjuga a noção de (in)formal, implicando a articulação do formal no informal (e vice-versa), para além de integrar o denominado fator 'in' (Gausa, 2007) – indeterminação, instabilidade, incoerência, incerteza e informalidade. A primeira secção de conteúdos estabelece uma plataforma teórica e conceptual na qual – a partir da

revisão bibliográfica – se encontram matrizes para o aprofundamento do conhecimento sobre Maputo, analisada desde a perspetiva da morfologia urbana. Em seguida, avança-se para a explanação síntese da transformação daquela capital no último quartel do século XX, descrevendo e explicando processos e aspetos que determinaram a transformação da forma urbana e indicando etapas dessa evolução. Recorre-se a informação constante em documentos de planos preparados para orientar o desenvolvimento da cidade no período pós-colonial. Confrontam-se estratégias assim preconizadas com o que foi ocorrendo, discorrendo sobre de que modo se consubstanciou em Maputo uma fragilidade estrutural generalizada, contribuindo para a ‘periferização’ do espaço urbano.

As duas primeiras partes conformam conteúdos para se objetivar o propósito do artigo, que reflete sobre a pertinência do que nos ‘ensina’ a forma urbana de Maputo, isto é, focando (na secção final do artigo) o papel da auto-organização e do (in)formal quotidiano na configuração de alternativas que possibilitem minimizar constrangimentos sentidos pelos cidadãos, e aos quais a cidade ainda não consegue preparar as ‘respostas’ mais ajustadas – desde a oferta de serviços urbanos, infraestruturas, transportes públicos coletivos, equipamentos de apoio, de proximidade, habitação, emprego, entre outros.

### Referências para um breve enquadramento conceptual

Maputo tem uma forma urbana com contornos por vezes imprecisos, expressando padrões aparentemente ‘desordenados’, com regras e conexões múltiplas diferenciadas que manifestam micro-sistemas de ordem ao nível da estrutura física (Figura 1). Verificam-se processos complexos e auto-organizantes através de micro-estratégias de ordem em iniciativas de autoconstrução e informais. É comum associar processos de transformação urbana como os que se verificam em Maputo ao seguinte quadro dicotómico de desenvolvimento: quarteirões bem ordenados para a elite urbana com elevados rendimentos, providos com infraestruturas. O extremo oposto pode ser encontrado em favelas, *bidonvilles* e *slums*,

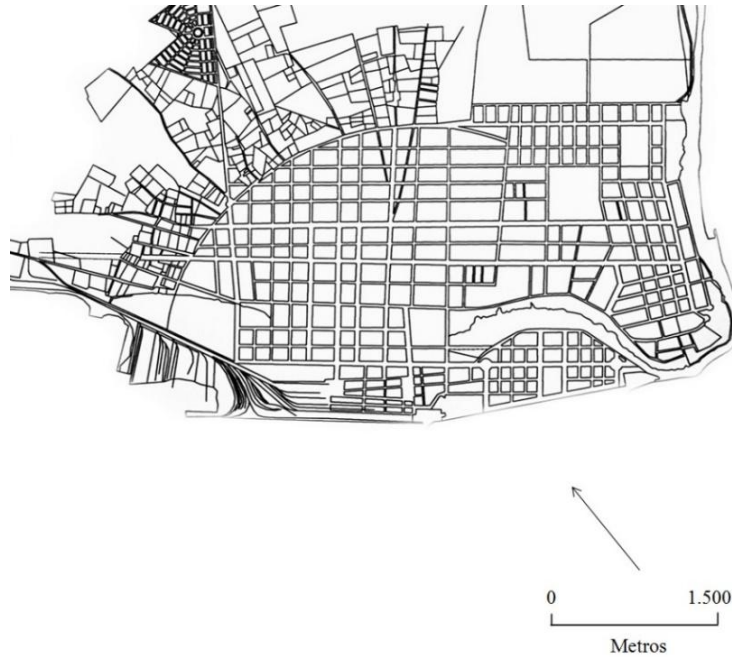


**Figura 1. Maputo – Xipamanine. Fotografia: Sol Carvalho.**

onde se acomodam os pobres e excluídos (Altvater, 2005). Considerando que o planeta está a transformar-se num ‘planeta de *slums*’, Mike Davis considera esta situação como uma ‘involução urbana’ e um ‘desenvolvimento perverso’ (Altvater, 2005). Considera-se, neste artigo, que a extensão da capital moçambicana exige a transposição de perspetivas exclusivamente indexadas às condições dos ditos *slums*, enquanto involução urbana ou desenvolvimento perverso.

Genericamente, a UN-Habitat entende por *slum* contextos de assentamento com fragilidades ao nível da durabilidade da residência e respetiva qualidade em termos de condições de habitabilidade e proteção ao meio ambiente, nomeadamente no que concerne à disponibilidade de espaço partilhado, para além de aspetos como o acesso a água potável (em termos de segurança, quantidade e preço), não esquecendo questões relacionadas com infraestruturização básica como instalações sanitárias (públicas ou privadas) e que previnam situações de risco.

Desde o seu aparecimento, a designação de *slum* tem sido utilizada para identificar contextos de reduzida qualidade habitacional e condições sanitárias muito frágeis, normalmente conotados com questões de



**Figura 2. Redesenho da estrutura da capital moçambicana na década de 1940.**

criminalidade, marginalidade, tráfico de drogas, desestruturação social, epidemias e deficiente ambiente urbano generalizado. O termo *slum* é comumente depreciativo e adquire significados diversos em conformidade com os âmbitos em que é aplicado e por quem o usa. Não obstante, nos países em vias de desenvolvimento, este termo refere-se mais simplesmente a espaços informais de habitação, geralmente densos, sobreocupados, com reduzidas condições residenciais e infraestruturais – falta de eletricidade, serviços urbanos, entre outros (UN-Habitat, 2007).

Maputo tem sofrido alterações assentes na designada informalidade de procedimentos que respondem a constrangimentos quotidianos dos cidadãos. É uma cidade ‘manufaturada’ em tempo real, que expõe modos alternativos de produção de espaço urbano – que vão resolvendo e / ou ultrapassando limites. A extensão morfológica acontece entre a ordem e a aparente desordem (implicando a dita ‘coabitação de contrários’). A cidade transforma-se por via de micro-estratégias de auto-organização espacial – que participam na regeneração do espaço urbano a partir de lógicas de coexistência entre o planeamento formal e atividades informais, e de ‘aculturação informal’ do formal – resultando em novos tipos de habitar, utilizar e apropriar

a cidade e renovadas tendências para o urbanismo.

Sobre o que se entende por ‘sector informal’ referencia-se Jain (2011), quando indica que este consiste em atividades de pequena escala, ancoradas no emprego próprio e assentes em níveis reduzidos de organização e tecnologia, cujo objetivo principal é garantir trabalho e rendimento. São atividades que encontram dificuldades no seu reconhecimento, pelas autoridades legais, procurando escapar ao escrutínio da tributação fiscal.

Em Maputo, comumente se associa a informalidade à chamada cidade de caniço (atualmente mais referida por ‘bairros’), que engloba os subúrbios e a área periurbana da capital moçambicana. Constitui um extenso espaço urbano cuja raiz remonta à época colonial, conforme traduzido pela Figura 2. Nesta figura verifica-se a expressão do contraste morfológico entre a matriz geométrica da quadrícula do traçado regulador (parte da cidade conhecida como cidade de cimento) e conformações com contornos intrincados, apresentando configurações de forma mais diversificadas, constituindo o sector associado aos subúrbios – demarcado pelo grande arco da designada Circunvalação – em que o material de edificação era precário, predominando a madeira e o caniço. Em Moçambique chama-



**Figura 3. Organização Administrativa de bairros a partir do arco da Circunvalação.**



**Figura 4. O tecido edificado mediado pelo arco da Circunvalação.**

se caniço às plantas do género *Typha*, utilizadas em habitação autoconstruída. Assim se explica a denominação cidade de caniço, por oposição ao cimento utilizado na retícula.

De acordo com Mendes (1979), o crescimento dos bairros do caniço acentuou o fosso entre a comunidade cosmopolita da cidade e a fragilidade, em termos de forma urbana e infraestrutura, da população local.

Nos términos da presença colonial portuguesa registou-se fixação de população em Chamanculo, Jardim, Chinhambanine, Benfica, Mahotas e nos bairros litorais de Xaiase, Lichase e Laulene (Figura 3). Bairros como S. José, Aeroporto, Tihabane e Kock tinham já esboçado um certo desenvolvimento na época anterior, mas foi na década de 1970 que a respetiva densificação foi concretizada, não só pela disponibilidade de novos empregos no comércio e na indústria, mas também pela instalação de melhores vias de comunicação (Mendes, 1979).

#### **Apontamentos exploratórios sobre a caracterização da capital moçambicana**

A capital moçambicana viu serem testadas distintas opções urbanas (coloniais e pós-coloniais), traduzidas em, por exemplo, planos-imagem, planos-gestão ou planos-estrutura. No entanto, o planeamento e ordenamento do território foram muitas vezes ultrapassados pela transformação urbana informal e auto-organizada (Figura 4). Exemplificando: reservas ambientais para plantio de árvores ou para equipamentos sociais / económicos, espaços verdes, zonas não-edificáveis, pantanosas, inundáveis ou declivosas, previstas no Plano de Estrutura de Maputo de 1985, em bairros mais antigos, foram preenchidos por populações deslocadas pela guerra (Oppenheimer e Raposo, 2002). Os espaços utilizados para infraestruturas foram ocupados: ‘caso de campos de futebol no bairro George Dimitrov ou das valas de drenagem a céu aberto do bairro Mafalala. A capacidade de carga dos solos foi, muitas vezes, ultrapassada, tendo-se agravado as situações de erosão dos solos, de alagamento de baixas e de áreas pantanosas frequentes na época das chuvas,

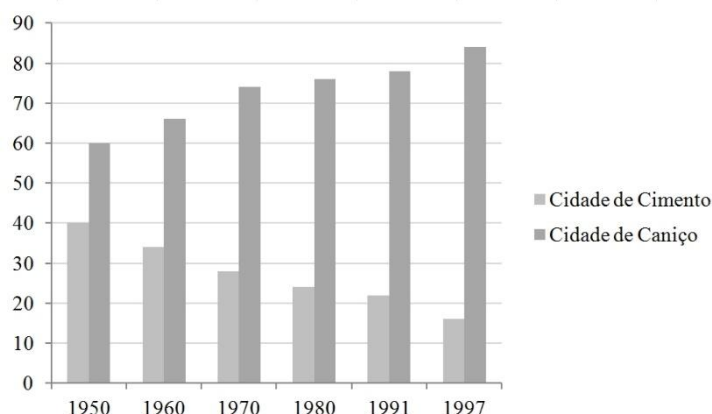
bem como de contaminação do lençol freático’ (Oppenheimer e Raposo, 2002, p. 22).

Estas situações contribuem para a degradação do espaço urbano, porque não só constituem focos de doenças infecciosas ou parasitárias, como também consubstanciam outras debilidades, como a eminência de derrocada de casas, conflitos fundiários, destruição do meio ambiente. Por exemplo: ocupação de zonas costeiras arenosas entre Polana Caniço e o Bairro dos Pescadores, o que contribui para a invasão marinha.

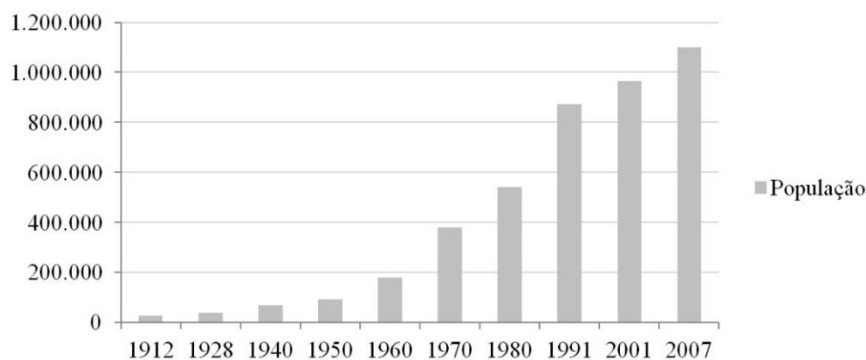
Complementarmente, a cidade expandiu-se ocupando espaços livres ou zonas agrícolas em bairros periféricos. (Oppenheimer e Raposo, 2002). A agricultura para consumo e para o mercado local persiste em pequenas machambas (quintas) dos terrenos mais periféricos, constituindo uma das fontes de sobrevivência de cidadãos, e respetivas famílias, com maiores fragilidades económicas. A distribuição do crescimento da população no território não é uniforme. A explosão é mais forte que a implosão. A percentagem de população que vive em áreas periféricas em relação à que vive no centro é cada vez maior (Oppenheimer e Raposo, 2002). Atente-se, como se constata na Tabela 1, que a população residente na dita cidade de caniço aumenta significativamente quando comparada com a população residente na cidade de cimento no mesmo período.

Ainda relacionado com a questão do crescimento populacional no espaço urbano de Maputo, a Tabela 2 mostra valores entre os anos de 1912 e 2007. Verifica-se que, no período colonial, a década de 1960 constitui o primeiro período de maior aceleração do ritmo de crescimento populacional da cidade. Conforme referem Oppenheimer e Raposo (2002), este aumento de população antes da independência deveu-se ao aumento da migração da população rural africana, situação que se intensificou a partir da década de 1970. No pós-independência, comparando o Censo de 1980 com o de 1997, o ritmo de incremento médio da população na cidade corresponde, neste intervalo, a 3.3%, pouco mais da média nacional da taxa de crescimento natural (2.2%), embora a população tenha quase duplicado nestes 17 anos (Oppenheimer e Raposo, 2002).

**Tabela 1. Variação da percentagem de população residente na cidade de cimento e na de caniço. Fonte: Maputo INE**



**Tabela 2. Variação da população na capital Moçambicana. Fonte: Maputo INE**



A Tabela 2 revela que o espaço urbano da capital de Moçambique passou a albergar, em menos de um século, uma população que rondava os 25 000 habitantes para uma outra que ultrapassa já o milhão. Segundo o documento ‘Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção’ (DNPOT, 2006), a maior parte dos cidadãos passou a residir em zonas sem adequado acesso a infraestruturas básicas e equipamento social, em unidades habitacionais precárias, sem segurança de posse da terra. Como já referido, consubstancia-se a imagem da cidade colonial marcada por uma área designada cidade de cimento e por outra, suburbana, chamada cidade de caniço.

A população sem recursos que ocupara o centro nos primeiros anos da independência é reconduzida para a periferia e é aqui que reside a maioria dos pobres da capital, como o retratam diversos indicadores demográficos, socioeconómicos e espaciais,

como os tidos enquanto exemplo nesta secção do artigo. As dimensões essenciais da problemática sobre assentamentos informais devem ser equacionadas e compreendidas antes de se poderem estabelecer quaisquer estratégias e de as implementar. Esta é uma proposição estruturante para a requalificação do espaço urbano de Maputo. A este propósito, Lage (2001) refere que é nos subúrbios que se verificam procedimentos dinâmicos de surgimento de novos valores espaciais e estéticos. Conforme o mesmo autor, um processo tão forte, reafirmado e extenso é sinal de que modos renovados de adequação da tipologia e da forma da casa e da cidade estão em curso.

A Figura 5 demonstra a importância da rua como espaço privilegiado para o qual as atividades se direccionam, tirando partido de fluxos e dinâmicas de circulação. Verifica-se a diversidade com que as edificações (muitas vezes autoconstruídas) são cobertas para publicitarem e diferenciarem as marcas e os artigos transacionados.





**Figura 5. Apropriação e aculturação de espaços auto-organizados, entre o público e o privado, a casa e o comércio, as infraestruturas e a vegetação.**

### Notas sobre a condição urbana na África subsariana

O crescimento extensivo de cidades africanas (e a ampliação administrativa dos respetivos limites) consolidam alterações da forma urbana que ocorreram em pouco tempo, contribuindo para a mudança da condição urbana – informal (Simone, 2004). São cidades que não se explicam apenas pela ordem urbana nem por princípios únicos de racionalidade e objetividade (Forjaz, 1999). Jenkins (1992) refere – relativamente a espaços urbanos de Moçambique – que a complexidade não se resolve só através de intervenções nos centros da cidade de origem colonial, ou com regras que dela surjam, pois é nas designadas periferias que ocorrem transformações urbanas mais significativas. Como indica Salvador (2004), os engenhosos e criativos microssistemas alternativos para resolver a urgência de habitar constituem

relevantes elementos de análise, cujo conhecimento é indispensável na abordagem a problemáticas morfológicas e urbanas. De acordo com Oppenheimer e Raposo (2002), devido ao acelerado crescimento, a transformação da capital moçambicana foi levada a cabo de modo auto-organizado, quase fora de controlo político e administrativo. A forma da cidade desdobra-se em fragmentos ‘solventes’, cujos contornos foram substituídos pela indefinição de limites do espaço urbano, como alude Mazrui sobre Mombasa (Mazrui, 2001). Koolhaas (2002), em entrevista a Spuybroek, aponta como previsível que muitos dos territórios africanos urbanizados se transformem em extensões contínuas de paisagem ocupada. Conforme Uduku e Zack-Williams (2004), este tipo de características determinam a raiz da condição de indefinição e transição que marca as cidades africanas e que as consubstancia morfológicamente enquanto ‘mosaico’ urbano plural e polimórfico. Regressando a Gausa (2007, pp. 118), a preocupação em compreender processos internos que ocorrem em realidades heterogéneas exige que se transponham as dificuldades em articular morfológicamente ‘organismos em constante evolução entrópica. De facto, do mesmo modo que parece inviável continuar a aceitar o caos fascinante da cidade como alibi para o seu abandono a um processo definitivamente aleatório e incontrolável, destinado a ocupar o território de um modo ilimitado, será também inviável pretender circunscrever estes processos a um modo de planeamento fechado e endógeno’. Importa continuar com Gausa (2007, p.118) quando refere que ‘a forma cristalina da cidade primitiva tende progressivamente a dissolver-se, num conjunto heterogéneo de salpicos e vazios. A música de uma cidade completa, reconfigurada e equilibrada, cede, face à evidência de uma complexa partitura arritmica, com eventuais fragmentos melódicos, mas de um modo geral, com um não-ritmo, sincopado e atonal de pontos e contrapontos que fazem do espaço urbano contemporâneo um corpo definitivamente inacabado’.

São cidades que (como se verifica na Figura 6) revelam uma multiplicidade de formas urbanas que, sobrepondo, colidindo,



**Figura 6. A estrutura urbana de Maputo: a coexistência do traçado em grelha, da retícula linear com a auto-organização rizomática.**

hibridizando, respondem ao carácter transformável das comunidades (De Boeck e Plissart, 2006). A perspectiva de que os princípios estruturais para formas urbanas de cidades como Maputo deverão assentar na conectividade entre redes e em sistemas complexos (utilizando regras consideradas informais e integrando-as em lógicas urbanas sistémicas formais) tem como enquadramento a noção de ‘complexidade organizada’ (Salingaros, 1998). Complementarmente, para explicar o fator

‘in’ cita-se novamente Gausa (2007, p.119): hoje requerem-se novos dispositivos capazes de abordar a própria dimensão ‘casual’ e, simultaneamente, infraestrutural da cidade e do território. O estudo científico dos sistemas dinâmicos conduz a análises de processos complexos – ‘caóticos’ – caracterizados pelo denominado fator in – elevado grau de indeterminação, de instabilidade, de incoerência, de infinitude; isto é, de informalidade.



## A capital de Moçambique no último quartel do século XX

Conforme Lachartre (2000), segundo recensão crítica de Raposo e Salvador (2001), Maputo cresceu em torno de infraestruturas portuárias e ferroviárias ligadas à expansão da economia mineira dos países vizinhos. Durante o domínio português, apenas a cidade de cimento da, então, Lourenço Marques, fazia parte – administrativamente – dos limites da capital (rebatizada de Maputo pelo primeiro governo independente de Moçambique). Os subúrbios, a designada cidade de caniço, não eram considerados pelas entidades coloniais como sector integrante da estrutura urbana, na medida em que havia a expectativa que, com o tempo, fosse englobada e substituída pela expansão da cidade regulada e urbanizada, chamada de cidade de cimento. Entre 1973 e 1982 foi significativo o crescimento da área habitacional nos subúrbios. A predominância de residências precárias e de frágeis condições de habitabilidade básica marcavam os subúrbios.

A fase compreendida entre a declaração da independência, em 1975, e a década de 1980 foi marcada pela socialização da terra, o que ocasionou um grande movimento de população para a cidade-capital moçambicana. A ampliação administrativa de Maputo perspetivou, no sentido do melhoramento das áreas suburbanas, ações como o prolongamento da canalização de água aos bairros do subúrbio, a construção de fontanários e a criação de cooperativas de consumo na periferia. De acordo com Oppenheimer e Raposo (2002), a deslocação da população em direção ao centro superou a força da ação do espaço urbano sobre os subúrbios. Ou seja, foi este que avançou no sentido do núcleo, conferindo à cidade características de suburbanização, consubstanciando a disseminação de sintomas de rutura na forma urbana.

O planeamento físico da capital de Moçambique, materializado em 1985 no Plano de Estrutura Cidade de Maputo, apontava para a necessidade de disciplina na ocupação do espaço urbano, mas sem avançar com um tratamento detalhado de cada área, nem com a definição

pormenorizada dos sistemas de infraestruturas ou princípios de ocupação dos quadrantes mais específicos. O que acabou por se verificar foram desajustes morfológicos entre os modos de vida e de habitar e as dinâmicas próprias da cidade regulada. A expansão das áreas residenciais no subúrbio deveu-se à contribuição da população local atraída para a cidade-capital (INPC, 1985): i) de 1980 para 1991 a população aumentou 62.2% – a taxa média de crescimento anual foi de 4.5%; ii) a agudização do conflito armado em todo o território e a insegurança nas zonas rurais levou à intensificação da imigração para Maputo; iii) entre 1991 e 1997, abrandou o crescimento populacional (taxa média de crescimento anual de 1.7%), a população aumentou, de 1991 a 1997, 11% e mesmo depois de terminar a guerra civil, em 1992, persistiu o fluxo de migrantes vindos do campo para a capital (embora tenha diminuído); e, por fim, iv) entre 1980 e 1997, a população aumentou 80% (taxa média de crescimento anual de 3.5%).

Houve necessidade de aliviar as condições de sobre-exploração de recursos nos subúrbios, consubstanciando em áreas de crescimento desorganizado, com habitabilidade básica precária, pelo que, após a independência de Moçambique, o limite urbano da capital foi administrativamente estendido até aos subúrbios, passando a integrá-los, sendo adotadas medidas para melhorar as respetivas condições de vida urbana e ambiental. A partir de 1978, o planeamento físico de Maputo passa a integrar a cidade de caniço na sua estrutura urbana com o objetivo de esbater as assimetrias herdadas do colonialismo – os subúrbios passaram a fazer parte, administrativamente, do espaço urbano. De acordo com o Plano Estrutura de 1985, havia uma acentuada assimetria, quer na qualidade de habitação, quer no acesso às infraestruturas entre as várias partes do espaço urbano: i) 34% da população morava em áreas semi-urbanizadas (com estrutura física ordenada, mas infraestruturas deficitárias – nem todas as residências tinham carácter permanente); ii) 41% habitava em áreas não urbanizadas (com uma estrutura física completamente não ordenada e ausência total de infraestruturas – onde a

maioria das casas eram precárias); e iii) neste sentido, 75% da população (642 000 pessoas) vivia em áreas com infraestruturas deficientes. A maioria dos benefícios urbanos estava concentrada na cidade de cimento (ou próximo): i) equipamentos sociais (escolas; instalações de saúde e de recreação); ii) infraestruturas urbanas (abastecimento de água; eletricidade; saneamento; transportes públicos); e, por fim, iii) emprego e unidades de produção.

Ainda conforme o Plano Estrutura Cidade de Maputo, a localização e a qualidade das áreas habitacionais e os serviços e infraestruturas responderam à subordinação da habitação às regras de utilização da força de trabalho no sistema económico colonial. As zonas de prevalente ocupação habitacional podiam ser diferenciadas, segundo o nível de infraestruturas, em três tipos. O primeiro tipo são as áreas urbanizadas, com as seguintes características: áreas completas com casas definitivas, ruas alcatroadas, água, eletricidade e equipamento social; a antiga malha da Baixa e a sua extensão a partir da Ponta Vermelha para norte era bem urbanizada, tendo uma estrutura física ordenada e uma infraestrutura completa; esta parte da cidade tinha um desenvolvimento em altura; possuía um tipo de habitação e equipamentos próprios de uma zona habitacional privilegiada; em 1973, os serviços e os equipamentos sociais (educação, saúde e instalações recreativas) concentravam-se nestas manchas habitacionais de melhor qualidade, fundamentalmente no núcleo central da cidade de cimento.

O segundo tipo são as áreas semi-urbanizadas, com as seguintes características: ocupadas conforme um plano de 'atalhoamento', mas cujas infraestruturas viárias, de abastecimento de água, esgotos, eletricidade e equipamento social eram deficitários e nem todas as habitações tinham carácter permanente; zonas atalhoadas da faixa exterior da estrutura de Maputo e as partes reordenadas de Maxaquene e Polana Caniço (nestas, mais perto do centro da cidade, foi elevado o aumento da população, com moradias de um só piso); havia mistura de casas precárias (caniço, zinco e madeira) com habitações permanentes; e por fim, o atalhoamento fiscalizado deu oportunidade

aos habitantes de construir residências perenes conforme a disponibilidade dos materiais de construção.

O terceiro tipo são as áreas não urbanizadas, com as seguintes características: ocupadas sem a existência de qualquer plano e onde havia uma carência de infraestruturas; só 25% da população vivia em áreas urbanizadas; localizavam-se na faixa interior de Maputo e ao longo das zonas industriais; prevaleciam casas precárias, de madeira, zinco e caniço, acessos difíceis, sem ordenamento e infraestruturas públicas; e, por fim, eram zonas associadas ao trabalho, atrativas para os habitantes apesar das condições de insalubridade que ofereciam.

A suburbanização, por via da densificação demográfica e habitacional, sobrepôs-se à ordenação do espaço urbano (Pellizzaro *et al.*, 2008).

Os subúrbios cresceram e densificaram-se, consubstanciando desequilíbrios na disposição de áreas de equipamentos sociais, infraestruturas e serviços públicos, influenciando e determinando (des)conexões urbanas que se 'capilarizam' entre eixos e elementos morfológicos lineares, 'rurbanizando' (Araújo, 1997) as faixas interiores da cidade devido ao aumento desmesurado das suas cinturas suburbanas. O número de pessoas a viver em condições insalubres devido à superocupação e à carência de infraestruturas básicas teve um crescimento superior ao aumento da população urbana.

O Plano Estrutura da década de 1980 revela que de uma população total de cerca de 540 000 habitantes em 1980, cerca de 81 000 vivia abaixo da linha de pobreza. Verificou-se a fixação da população em habitações modestas repartidas por pequenos grupos de fogos dispersos e cuja atividade principal era a pequena agricultura, de subsistência (mantendo relações estreitas com a cidade). A ocupação de espaços de reserva por residências precárias aconteceu em sectores com maior acessibilidade a postos de trabalho e serviços urbanos, configurando formas aparentemente não ordenadas e com debilitadas condições de vida, causando a erosão e / ou colapso de eco-estruturas. Foram preenchidas quase todas as áreas com maiores facilidades de acesso e maior segurança, incluindo algumas



**Figura 7. Extensão da capital moçambicana.**  
**Fotografia: Sol Carvalho**

reservadas para usos não habitacionais e outras impróprias para o efeito. Esta ocupação deu-se principalmente de forma auto-organizada, sem condições de acesso a infraestruturas básicas de abastecimento de água e saneamento. O ‘enchimento’ interno de Maputo, associado à desigual distribuição de pessoas no espaço urbano, estruturou-se na raiz dos corredores de desenvolvimento agro-industrial da capital (Figura 7). Conforme Raposo e Salvador (2008), os padrões de vida dos habitantes afastam-se das referências rurais mas também não seguem as cidadinas dos bairros centrais.

O avanço, escala e velocidade da urbanização poderiam não constituir problemas em si, não fossem as condições em que ocorreram (Oppenheimer e Raposo, 2002), a saber: i) inadequada integração da estrutura urbana da cidade no sistema de ruas e estradas ou na topografia do terreno; ii) alta densidade de ocupação do solo; iii) inexistência de espaços públicos organizados e insuficientes serviços sociais (escolas; serviços médicos; mercados; comércio organizado; administração pública; polícia; equipamentos de lazer; edifícios religiosos adequados e dignificados; equipamentos desportivos e culturais; bancos; etc.); iv) ocupação de lugares impróprios com risco de inundações e enxurradas – por exemplo:

derrocada da Avenida *Julius Nyerere* devido às cheias, no subúrbio de Maputo; v) baixa qualidade de construção; vi) baixo nível de integração social que retirava qualidade de cidadania às populações; vii) ignorância dos direitos legais e dos mecanismos aos quais apelar para a defesa dos direitos próprios; viii) distância (psicológica e física) às autoridades municipais; ix) inacessibilidade ao crédito; x) falta de infraestruturas básicas (água, saneamento, energia e iluminação pública, remoção de lixo, comunicações, estradas e uma rede viária adequada, drenagem); xi) falta de segurança em relação à ocupação do talhão; xii) falta de um espírito comunal e de motivação para iniciativas associativas; e, ainda, xiii) falta de controlo de atividades criminosas e ilegais.

### **Aprendendo com a forma urbana de Maputo – o público auto-organizado e o (in)formal quotidiano**

Em Maputo, os designados subúrbios e a periferia demonstram que o irregular construído não pode interpretar-se em termos de *slum*. Atualmente não há recursos para construir outra cidade. A única possibilidade é trabalhar com os bairros e respetiva população, proporcionar *upgrades* pontuais, melhorar materiais e infraestruturas. Não é possível continuar a menosprezar o que os cidadãos são capazes de fazer por si mesmos, inclusivamente quando o que dirige a ação é consequência de estratégias ‘simples’ de sobrevivência – mesmo quando a maior parte da população está submetida à necessidade. O conviver coletivo, que caracteriza o urbano, compõe regras subtis e fomenta estruturas comunitárias que permitem – com eloquência – falar de ‘cidade’. Uma cidade onde quase tudo é auto-organizado e na qual as pessoas plasmam as suas expectativas de melhoria da qualidade de vida de forma considerada ‘indigente’. Não se trata apenas de extrair sínteses da análise da forma da cidade, na qual a dicotomia entre cidade de cimento (hoje periferizada e em degradação) e cidade de caniço (consequência de um amplo processo de expansão e autoconstrução) não só traduz (de forma simplificada) o contraste entre o regular e o irregular, o traçado e a auto-organização (o

que parece ter forma e o que carece dela), como também conduz a um modelo argumentativo ineficaz.

Na capital moçambicana, as limitações sentidas ao nível da introdução de melhores condições de vida urbana contrastam com a enorme disponibilidade dos cidadãos em resolver, mesmo sem grandes meios e recursos, aspetos-chave do respetivo quotidiano: habitação; transporte; comércio; espaço público; etc. Constroem as suas próprias casas ao lado de outras que também estão a ser edificadas e / ou melhoradas. As casas são, definitivamente, uma responsabilidade dos seus habitantes. Há muito que as reclamam e, perante a falta de soluções, promovem-nas os próprios em conformidade com estratégias individuais. Verifica-se que, como em outros procedimentos dos subúrbios, a habitação é um organismo que cresce e se adapta às necessidades e aos recursos familiares, onde comumente surgem espaços partilhados, compartidos. A debilidade tectónica e de materiais não devem condicionar a atenção que este sistema merece. Não se pode abordar este grande espaço residencial multiforme apenas a partir de lógicas de ‘infravivenda’. O trabalho das famílias, dos grupos que participam nestes processos é insubstituível. E não há alternativa. A degradação da cidade de cimento, a falta de manutenção das suas edificações é expressiva. Como refere Rosário (2011, p. 128) ‘os modelos formais, estéticos e culturais são inerentes ao nível de desenvolvimento dos meios de produção, do índice de desenvolvimento humano e (...) do fato das comunidades estarem ou não nos eixos de interesse do capital.’

Numa cidade como Maputo, imersa em contrastes urbano-ambientais e no défice de infraestruturas, o comércio tem vindo a ser a atividade dominante na medida em que o intercâmbio proporciona parcas oportunidades de obter recursos a uma grande quantidade de população. A organização do comércio informal, desenvolvido ao longo das vias principais, das avenidas de acesso à cidade central, convertidos em amplos corredores de vida urbana, repletos de gente e de artigos variados oferece outra oportunidade para aqueles que pretendam compreender a vida

urbana de Maputo. Se a substância da cidade tem sido, desde a sua origem, o intercâmbio, encontramos assim uma demonstração de urbanidade que não deveria ser esquecida. Por fim, o ‘espaço público’. Um simples fontanário de água potável em qualquer espaço detém em si as condições mínimas necessárias para que logo ali se congreguem dinâmicas próprias de uma qualquer ‘praça’, ainda que esta não tenha nem nome nem tão pouco aparência formal de praça. A mínima infraestrutura, o mais elementar recurso urbano transforma-se em lugar de referência do quotidiano capaz de (auto)ordenar, minimamente, um conjunto de habitações. O fato de se partilhar a água origina lógicas de partilha do espaço público. O mesmo ocorre com uma escola, por exemplo, nóculo essencial na hierarquia urbana e um dos dispositivos-chave na construção da vida coletiva. Já não existe aqui a possibilidade de uma destruição criadora.

A dicotomia cidade de cimento / cidade de caniço (ou bairros) não só é insuficiente para expressar a atual complexidade de forma urbana da capital moçambicana, como também revela fragilidades no momento de se perspetivarem princípios que orientem propostas urbanísticas para aquela cidade. A forma urbana de Maputo alerta que: é necessário identificar processos informais de apropriação urbana com capacidade para serem convertidos em estratégias de desenvolvimento inclusivo; é importante determinar a operabilidade de mecanismos de aculturação urbana em sistemas de reestruturação territorial (correspondência entre estruturas sociais e espaciais); urge definir princípios orientadores para a fusão de processos urbanos formais e informais que considerem a incorporação da aparente desordem e da inovação auto-organizada – hibridação (in)formal, estruturada a partir de indicadores indexados à especificidade dos (micro)contextos locais, interagindo com padrões dos lugares através de regras essenciais próprias, integrando-as em lógicas urbanas e dinâmicas sistémicas.

As estruturas do quotidiano promovidas pela população constituem o substrato viável para aperfeiçoar as qualidades urbanas da capital moçambicana. Os reduzidos recursos disponíveis necessitam, na sua aplicação, de se apoiar no que já existe. Não obstante

tantas vezes estigmatizada, a dita cidade de caniço não tem alternativa na de cimento: a partir delas (e entre elas) consolida-se em Maputo uma forma urbana na qual o irregular não é o negativo do regular – o irregular é tão ‘sólido’ como o regular e compõe um horizonte de cidade no qual as oportunidades de progresso são significativas desde que se atue com base em (micro)ações pontuais capazes de catalisar a mudança focada no auxílio dirigido aos cidadãos, respeitando a respetiva especificidade. A forma urbana da capital moçambicana é ‘desafiadora’ – a singularidade da sua configuração começa na fusão do informal em enclaves urbanos organizados com origem na regularidade do traçado e respetivo funcionalismo mais estrito. A promessa de eficácia de uma cidade ativa, capital útil como uma ‘máquina’ para governar e explorar um território, transformou-se numa imensa forma urbana feita de fragmentos irregulares: ‘é possível afirmar que em Maputo são perceptíveis justaposições entre formas urbanas regulares, compactas e densas, e outras mais dispersas e extensas, não tão geometricamente configuradas e fragmentadas, para além daquelas que se apresentam sem aparente forma definida – a cidade transforma-se no âmbito desta coabitação complexa de contrários – por vezes, de modo harmonioso, outras, em conflito.’ (Viana, 2011, p. 552).

O futuro perspectiva-se complexo, desenhado sobre formas que parecem ingovernáveis. Projetos de melhoria adquirem em Maputo um significado preciso, porque deve ter em conta o existente – a regeneração urbana viável em contexto de poucos recursos exige a atenção pelas identidades locais e deve ancorar-se em metodologias de aprendizagem sobre aquela realidade urbana. A surpresa surge no que já existe e em valorizá-lo adequadamente, apreendendo a ver e percebendo as ações e os processos que os cidadãos desenvolvem a partir do seu saber-fazer quotidiano. O (in)formal é uma das chaves do futuro, como processo que é sustentável, já que ampara a vida real da capital e dos seus habitantes e porque pode ser melhorado, sistematicamente, com uma ampla gama de pequenos projetos. Está-se perante uma cidade cujo contraste dramático permite uma avaliação diferente do informal: quando

apenas a partir do informal é possível um projeto de futuro ‘fazível’. De acordo com Mostafavi (2010), a informalidade presente em muitas cidades africanas revela a importância e o valor da participação e das atividades quotidianas dos cidadãos para o planeamento. Este tipo de urbanismo, ‘extraterritorial’ e *bottom-up*, desenvolvido à margem de enquadramentos reguladores estritamente legais e convencionais, não poucas vezes resulta em soluções pragmáticas e engenhosas para a vida urbana – mesmo que não ultrapassem, de todo, fragilidades diversas como as sentidas em termos ambientais, higiénicos e padrões de edificação pouco infraestruturados e / ou deficitários. Mostafavi (2010) questiona: pode-se não incorporar as lições apreendidas do informal em planos futuros? A forma urbana de cidades como Maputo ensina-nos que não.

#### Agradecimentos

Os autores agradecem a enorme disponibilidade e apoio da Prof. Isabel Raposo (FAUTL), da Arq. Maria dos Anjos Rosário (ISCTEM / AMDU) e dos Arq. Mário Rosário (ISCTEM / AMDU) e Luís Lage (FAPF-UEM).

#### Referências

- Altvater, E. (2005) ‘Globalization and the informalization of the urban space’ em Brillembourg, A., Feireiss, K. e Klumpner, H. (eds.) *Informal city. Caracas case* (German Federal Cultural Foundation, Prestel) 51-7.
- Araújo, M. (1997) *Geografia dos povoados. Uma análise geográfica dos assentamentos humanos rurais e urbanos* (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo).
- De Boeck, F. e Plissart, M. (2006) *Kinshasa: tales of the invisible city* (Ludion Editions NV, Antuérpia).
- DNAL, Direção Nacional de Administração Local (1999) *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo* (DNAL, Maputo).
- DNPOT, Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (2006) *Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção* (DNPOT, Maputo).
- Forjaz, J. (1999) *Entre o adobe e o aço inox. Ideias e projetos* (Editorial Caminho, Lisboa).
- Gausa, M. (2007) ‘Landlinks’, em Colafranceschi, D. (ed.) *Landscape + 100 palavras para*

- habitarlo* (Gustavo Gili, Barcelona) 116-9.
- INPC, Instituto Nacional de Planeamento Físico (1985) *Plano de Estrutura Cidade de Maputo* (INPC, Moçambique).
- Jain, A. K. (2011) *The informal city. Inclusive growth for poverty alleviation* (Readworthy Publications, Nova Deli).
- Jenkins, P. (1992) 'Bases para uma política de desenvolvimento urbano em Moçambique', *Workshop sobre bases metodológicas para a investigação das tendências do crescimento da população urbana em Moçambique*, Maputo.
- Koolhaas, R. (2002) 'Africa comes first', em Brouwer J. e Mulder, A. (ed.) *TransUrbanism* (NAi Publishers, Roterdão) 161-96.
- Lachartre, B. (2000) *Enjeux urbains au Mozambique. De Lourenço Marques a Maputo* (Karthala, Paris).
- Lage, L. (2001) 'Produção de habitações informais: o caso de Maputo', *Um olhar para o habitat informal moçambicano: de Lichinga a Maputo* (Universidade Eduardo Mondlane) 70-84.
- Mazrui, A. A. (2001) 'Stages of globalization in the African context: Mombasa', em AlSayyad, N. (ed.) *Hybrid urbanism. On the identity discourse and the built environment* (Praeger Publishers, Westport) 111-30.
- Mendes, M. C. (1979) *Maputo antes da Independência. Geografia de uma Cidade Colonial* (Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa).
- Mostafavi, M. (2010) 'Why ecological urbanism? Why now?', em Doherty, G. (ed.) *Ecological urbanism* (Lars Muller, Baden) 12-55.
- Oppenheimer, J. e Raposo, I. (2002) *A Cooperação direcionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada. A pobreza em Maputo* (Ministério do Trabalho e da Solidariedade / Departamento de Cooperação, Lisboa).
- Oppenheimer, J. e Raposo, I. (2008) *Subúrbios de Luanda e Maputo* (Edições Colibri, Lisboa).
- Pellizzaro, P. e Hardt, L. (2006) 'Efetividade do planeamento urbano e regional: a cidade planeada e a cidade real', *III Encontro da ANPPAS*, Brasília, 23 a 26 de Maio.
- Raposo, I. e Salvador, C. (2008) 'Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio', em Oppenheimer, J. e Raposo, I. (eds.) *Subúrbios de Luanda e Maputo* (Edições Colibri, Lisboa).
- Rosário, M. (2011) 'Porquê projetar as nossas cidades como cidades europeias e porque não pensar em cidades africanas, cidades islâmicas?', *Africana Studia* 16, 123-9.
- Salingaros, N. (1998) A teoria da teia urbana (<http://zeta.math.utsa.edu/~yxk833/urbanweb-port.pdf>) consultado em 3 de Maio de 2012.
- Salvador, C. (2004) 'Mutações nas periferias das cidades africanas', *IV Congrès d'Etudis Africans del Món Ibèric. Àfrica Camina*, Barcelona.
- Simone, A. (2004) *For the city yet to come: changing African life in four cities* (Duke University Press Books, Londres).
- Uduku, O. e Zack-Williams, A. B. (2004) 'Reading beyond the post-colonial: a cultural-socio-spatial perspective', em Uduku, O. e Zack-Williams, B. (eds.) *Africa beyond the post-colonial. Political and socio-cultural identities* (Ashgate, Hampshire) 107-19.
- UN-Habitat (2007) *What are slums* ([www.unhabitat.org](http://www.unhabitat.org)) consultado em 28 de Fevereiro de 2013.
- Viana, D. (2011) 'Maputo: between density, fragmentation and formless?', em Pinho, P. e Oliveira, V. (eds.) *Bringing city form back in to planning* (FEUP Edições, Porto) 535-53.

### Tradução do título, resumo e palavras-chave

Learning with the urban form of (in)formal Maputo

*Abstract. This paper focuses on the urban form of Maputo. It draws not only on physical results, but also on the description of the process of structuring and transformation of the urban form. The main purpose of the paper is to understand a set of complex morphological relations that have been developed based on the dichotomy between the 'concrete city' and the so-called cidade caniço. The methodology, supported on a case study, involved field survey, graphic representation, photographic survey, exploratory interviews and different data collection. Data processing, redesign and comparative analysis of multiple morphological elements of the city of Maputo were developed to obtain a spatially and chronologically ordered set of data. Morphological methods were applied to describe and explain the main characteristics of the urban transformation of the capital of Mozambique. This paper rejects the dual perspectives on the urban form of Maputo. On the contrary, it sustains that informal processes should be part of a number of principles for inclusive intervention on the city. The purpose is not to obtain a synthesis between the 'concrete city' and the cidade caniço, expressing the intricate contrasts of the urban form of Maputo, but to recognize the need for a wider morphological framework.*

*Keywords: Maputo, urban morphology, self-organization, (in)formal city, 'urban acculturation'*